

**Informe**

**As reservas  
do Pré-sal no  
Brasil: a nova  
fronteira da Shell**

Clara Junger  
Daniela Meirelles  
Flávia Bernardes  
Fabíola Melca  
Beto Loureiro  
Marcelo Calazans

Fase Espírito Santo/Brasil

**Mais informações em:**  
FASE/ES - [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

**Autores: Clara Junger, Daniela Meirelles, Flávia Bernardes,  
Fabíola Melca, Beto Loureiro e Marcelo Calazans.**

**Fotografias: Ricardo Sá e Flávia Bernardes**

**Design e layout: Adrián Cárdenas Roa**

1. Petróleo, 2. Pré-sal, 3. Shell.

Novembro 2019, Espírito Santo, Brasil



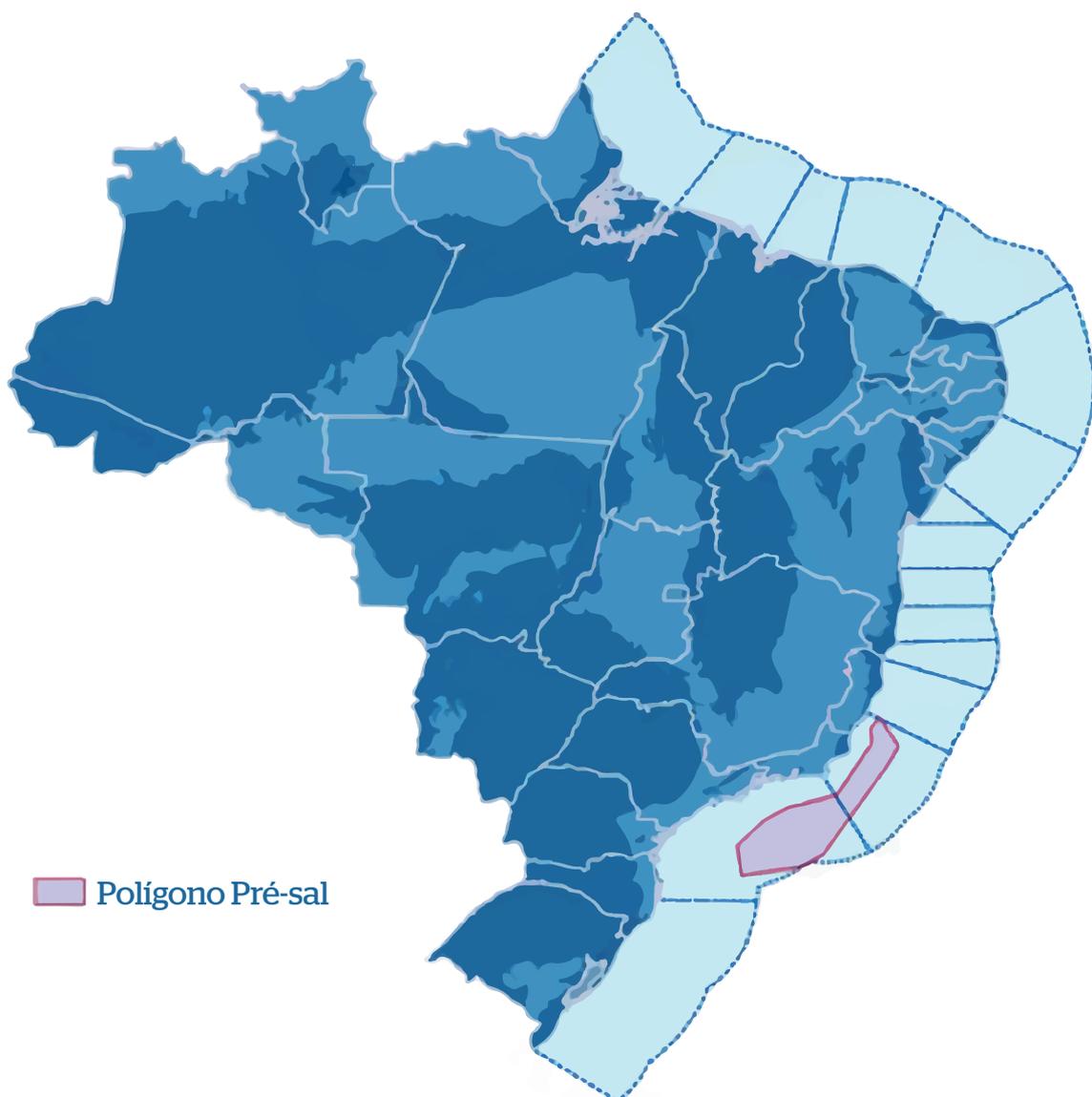
## Índice

<b>As reservas do Pré-sal no Brasil: a nova fronteira da Shell</b>	<b>5</b>
Desde os territórios: um caso no Sul do Espírito Santo	8
A trama da Shell nos Leilões de oferta do Pré-sal	10
De volta às mentiras da Shell: a exploração da opinião pública e do clima	12
A disputa no mar: expropriação, contaminação x comunidades de pesca artesanal	16



Foto: Ricardo Sá

# As reservas do Pré-sal no Brasil: a nova fronteira da Shell



*Clara Junger, Daniela Meirelles, Flávia Bernardes  
Fabíola Melca, Beto Loureiro e Marcelo Calazans.  
Fase Espírito Santo/Brasil*

**E**mbora faça intensa propaganda de seus compromissos e objetivos verdes no enfrentamento da crise climática, a petroleira anglo-holandesa Shell disputa a exploração da maior reserva offshore de petróleo e gás do Brasil.

A chamada Província do Pré-sal se situa no Atlântico Sul, diante da costa dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Sua exploração é uma das principais atividades do portfólio global de investimentos da Shell.

Segundo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) o Pré-sal possui em torno de 176 bilhões de barris equivalentes,<sup>1</sup> classificando o Brasil na 10ª posição mundial das maiores reservas de petróleo do mundo.<sup>2</sup>

Desde sua descoberta pela Petrobras em 2007, durante o segundo governo de Lula (2007-2010), bem como nos governos de Dilma (2011- 2016), Temer (2017-2018) e Bolsonaro (2019-2022), o Pré-sal é o centro das estratégias de investimento e das políticas de Estado.

Da esquerda tradicional desenvolvimentista ao neoliberalismo e fascismo ultra-liberal, em todos esses governos, de diferentes matrizes econômicas e ideológicas, a exploração do Pré-sal sempre representou a principal expectativa de alavanca da economia nacional.

O anúncio da descoberta do Pré-sal foi também de grande impacto na sociedade brasileira, pois profundamente explorado pela Petrobras e pelo governo Lula, em suas ambições políticas e petroleiras. Através da expansão da Petrobras, e da exploração de petróleo no Brasil, uma esquerda nacional-desenvolvimentista orquestrava um pacto de poder com a velha direita, e com grandes empresários nacionais como Eike Batista, Camargo Correa, Odebrecht, OAS etc. Pela lógica do período, a expansão petroleira garantiria as políticas de seguridade social.

1. G1 – Globo 10/08/2015.

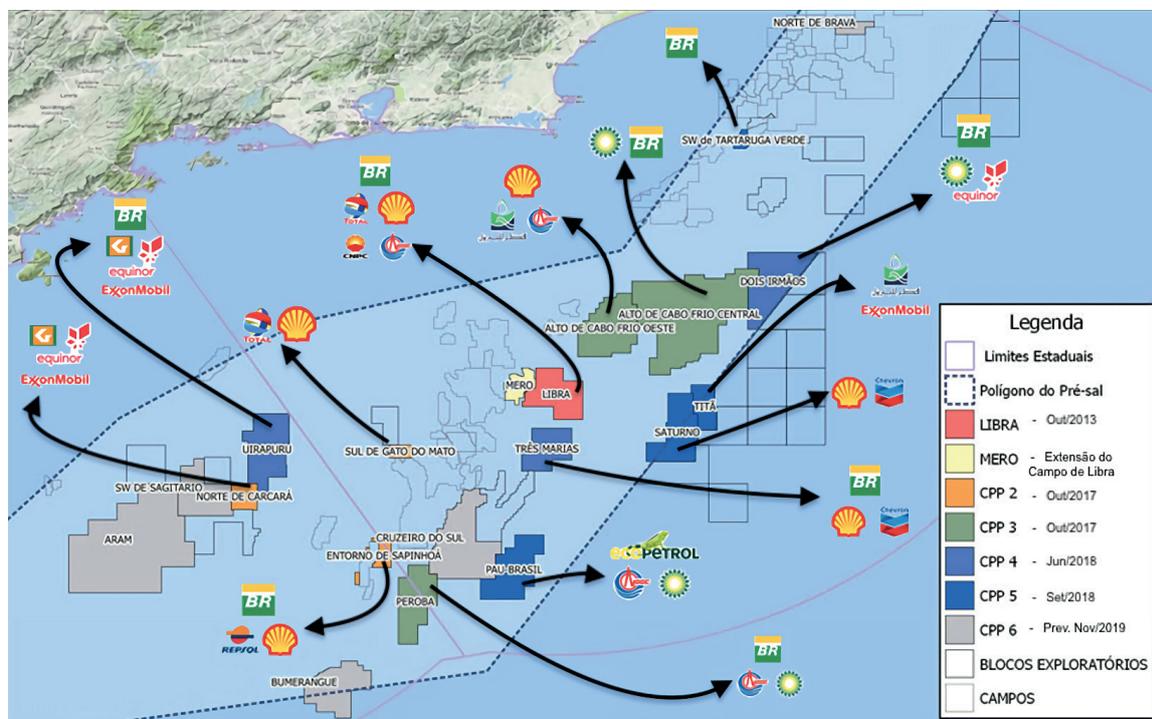
2. Agência Nacional de Petróleo (ANP) 01/08/2018.

De 2003 a 2013, na Era Lula/Dilma, embora a crise internacional de 2008, o setor petrolífero saltou de 3% para 13% do PIB brasileiro. O preço internacional do barril acima de U\$100 garantia os investimentos públicos e privados preparatórios da infraestrutura de exploração e extração do Pré-sal. Portos, plataformas, estaleiros navais, refinarias, fábricas de fertilizantes, terminais de armazenamento e abastecimento de óleo e gás, dutos, estradas. Desde sua descoberta, a expectativa de exploração do Pré-sal já acionava outros setores da economia, como da construção civil, siderurgia, mineração e metalmeccânico.

Com praticamente o monopólio da exploração econômica, mas já buscando atrair multinacionais como a Shell, a Statoil, a Chevron, as chinesas, entre outras, a Petrobras era também o principal palco orquestrador dos arranjos políticos entre a União, os Estados e Municípios, bem como entre a esquerda desenvolvimentista e as velhas oligarquias regionais e empresariais.

Já no final de 2014, no governo de Dilma, quando o preço internacional do barril havia caído de U\$100 para U\$40, o pacto se esboroa e se instala uma radical crise política, oriunda das denúncias de corrupção nos contratos da Petrobras.

Em 2018, depois de 4 novos leilões, a Shell já é a maior operadora estrangeira do Pré-sal, presente em 6 dos 14 consórcios ativos de exploração. Se aproxima da Petrobras, presente em 8. Com a privatização da Petrobras, e uma intensa agenda de leilões de oferta de novos blocos exploratórios planejada por Bolsonaro até 2022, a Shell pode se transformar na maior petrolífera que opera no Pré-sal.



Mapa elaborado a partir de informações da Pré-Sal Petróleo S.A.

Se mesmo em terra, em ambiente supostamente mais controlável, em profundidades mais superficiais, as operações petroleiras são sempre de altíssima complexidade e risco, com frequentes acidentes, explosões e vazamentos; o que dizer de uma exploração que se realiza a 300 km da costa, com ondas de até 12 metros de altura, correnteza de 2 nós, a 7 mil metros do espelho d'água do Atlântico, com alta pressão e temperatura de até 150 graus Celsius? Trata-se de uma energia extrema.<sup>3</sup>

Ao operar na extração e exploração das reservas do Pré-Sal, a Shell acelera o aquecimento global, desrespeita direitos humanos e da natureza, apostando na expansão do consumo dos derivados de petróleo.

Para produzir seu discurso verde acerca das mudanças climáticas, e para propagandar seu falso compromisso com a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, a Shell precisa omitir e obscurecer o que se passa nos territórios explorados.

## **Desde os territórios: um caso no Sul do Espírito Santo**

Embora ainda em seu início, a exploração do Pré-sal já representa um grave problema social e ambiental sobre os territórios tradicionais e comunidades, principalmente as que se localizam mais próximas da costa atlântica.

Com a instalação de estaleiros navais, portos, plataformas, dutos, estradas, a infraestrutura petroleira é a principal responsável pela contaminação e expropriação das praias, dos manguezais, dos berçários de pescado e mariscos, das rotas das baleias e golfinhos.

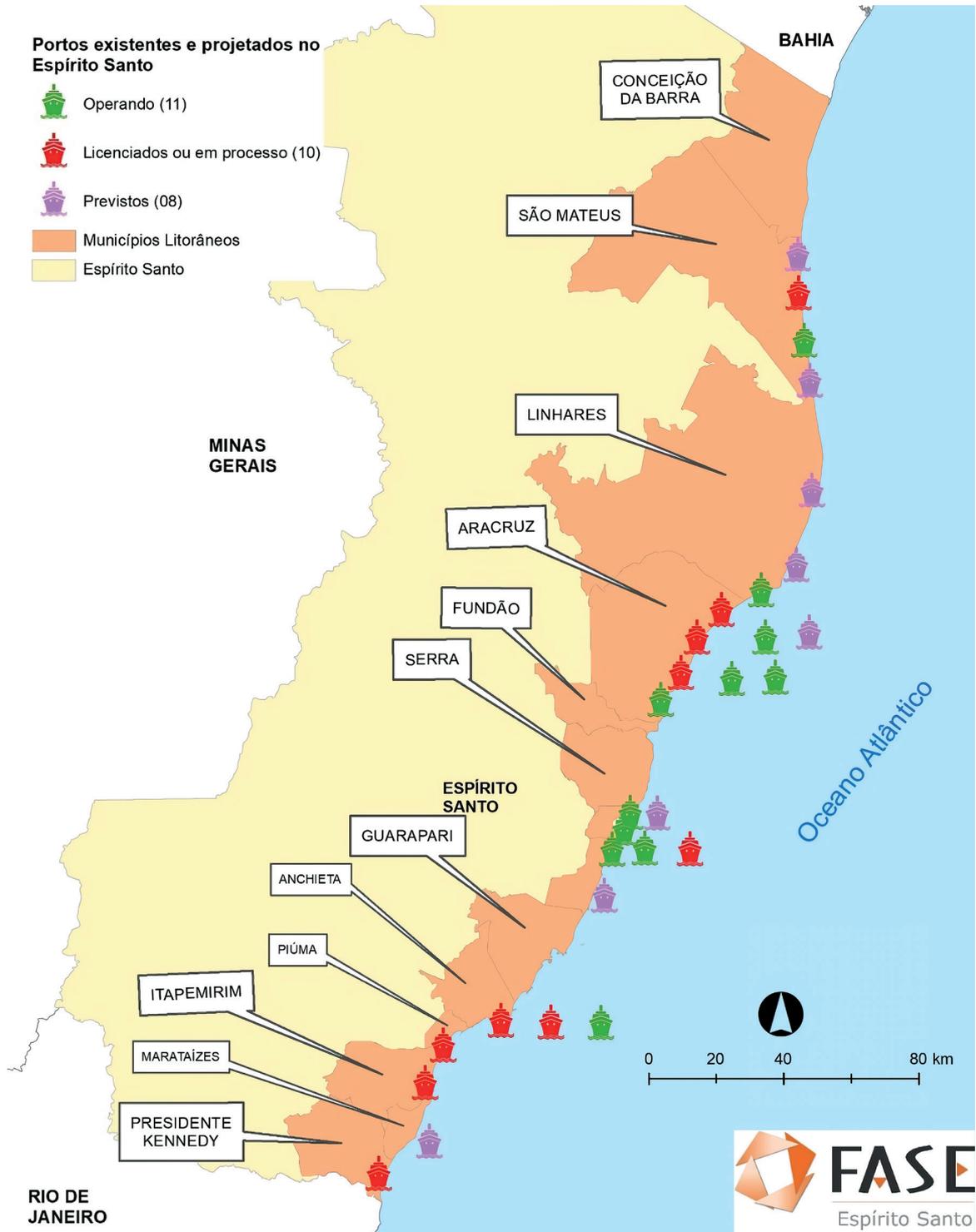
-8- Ao destruir a sociobiodiversidade, a indústria petroleira violenta principalmente os modos de vida dos povos e comunidades de pesca artesanal, mas também de afroquilombolas, indígenas, caiçaras, conforme a região em que se instala. Ao mesmo tempo, a indústria petroleira também cria periferias urbanas nas cidades e distritos portuários e industriais. Sob qualquer olhar independente, a expansão da indústria petroleira sobre o Pré-sal não tem o menor respeito os direitos humanos e da natureza.

Um exemplo, entre dezenas de outros, o caso do Estado do Espírito Santo. Ao longo da costa, estão planejadas as instalações de 27 portos, voltados para a exportação de commodities, principalmente petróleo, madeira e celulose, minerais.

Somente no Sul no Estado se instalam três grandes portos: o C-Port, no distrito de Pontal, em Marataízes, o Itaoca OffShore, em Itapemirim, e ainda o Porto Central, no município de Presidente Kennedy.

Trata-se de uma região com mata de restinga e manguezais, repleta de berçários de peixes, com forte presença de comunidades de pesca artesanal. A economia regional sempre foi baseada na pesca e no turismo, no artesanato e na famosa culinária baseada nos frutos do mar. Essa sociobiodiversidade não conseguirá conviver com a invasão de seus territórios por navios, caminhões, dragagens, vazamentos.

3. Brasil Energia Extrema das entranhas do Pré-sal, 2017.



Mapa elaborado a partir de informações da coletadas na mídia<sup>4</sup> e documentos dos Órgãos ambientais.

4. Revistas de logística e jornais de grande circulação.

Para Maria Bonita, pescadora do Pontal de Marataízes e liderança regional das mulheres pescadoras:

“eles querem destruir toda essa baía e suas praias. Diz que vão entrar pela foz do rio e querem chegar até o manguezal que ainda temos pra nosso camarão, pros mariscos. No mar, eles não dizem, mas sei que vão interditar nosso acesso aos berçários, nossas rotas de pesca, porque vi isso acontecer no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, e também em Pernambuco, na região do Porto de Suape”.

Em Presidente Kennedy, perto da fronteira com o Rio de Janeiro, a empresa holandesa Porto de Roterdã é a principal investidora na construção do Porto Central. A pesca artesanal, a mata de restinga bem preservada e protegida por lei estadual, bem como o Santuário das Neves, protegido por lei de patrimônio cultural, nada disso foi obstáculo para expropriação e aquisição das terras, nem para o licenciamento da instalação. No EIA/RIMA não tem planos consistentes e adequados para tamanho empreendimento. As audiências públicas não informam nem consultam previamente as comunidades. As violações e danos são minimizados, os empregos gerados são maximizados.

Para uma pesquisadora da região, Isabel:

-10-

“Não aprofundam por exemplo como vão evitar a violência contra mulheres da região, quando chegarem os milhares de trabalhadores jovens para construir o complexo portuário e industrial. Em um município de 11 mil habitantes, e em um distrito com menos de 2 mil habitantes, como vão acolher 3 a 5 mil homens? Tampouco o poder público local sabe o que fazer. Quantas delegacias de proteção das mulheres serão instaladas? Os postos de saúde não estão preparados para as novas doenças que virão. A segurança pública, as creches e escolas, como ficarão?”

Convidadas a participarem do Seminário dos Portos, organizado pela sociedade civil em Julho de 2019, para aprofundar o debate a respeito dos danos e salvaguardas para a sociedade local, as empresas portuárias sequer justificaram a ausência! Somente participaram de eventos controlados por elas próprias e pelo Estado.

Ao longo dos investimentos do Pré-sal no Sul do Espírito Santo, também a corrupção se instala e expande na mesma escala da instalação e expansão dos portos e das petroleiras. Nos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Itapemirim já foram encarcerados por corrupção dezenas de parlamentares, secretários e os prefeitos. As velhas oligarquias regionais disputam entre si a relação com o capital holandês.

## **A trama da Shell nos Leilões de oferta do Pré-sal**

Com mais de um século de presença no Brasil, no ramo de distribuições, foi em 2003, apenas 6 anos após a abertura do mercado nacional, que a Shell se tornou a primeira

operadora internacional a produzir petróleo em escala comercial no Brasil, nos campos de Bijupirá & Salema, no litoral do Rio de Janeiro.

Foi também a primeira petroleira internacional a desenvolver um projeto no país, desde a fase de exploração até o primeiro óleo, no Parque das Conchas, localizado no bloco BC-10, na costa do Espírito Santo. Na área do Pré-sal, a Shell possui participação em 5 descobertas na Bacia de Santos, nos campos de Lula, Iracema, Sapinhoá, Lapa, e na antiga grande área de Iara (Berbigão, Sururu e Atapú Oeste).

Em 2013 acontece o primeiro leilão do Pré-Sal. A previsão da Agência Nacional do Petróleo (ANP) era que até 40 empresas poderiam participar do leilão do campo de Libra. ExxonMobil, Chevron, BP e BG demonstravam interesse, mas no dia do leilão apenas um consórcio apresentou proposta e foi vencedor. Era formado pela Petrobras com a Shell, mais Total e as chinesas CNPC e CNOOC. Devido à ausência de disputa, o Consórcio de petroleiras ofereceu repassar à União 41,65% do excedente em óleo extraído do campo, o percentual mínimo fixado pelo governo no edital.<sup>5</sup>

A revista britânica *The Economist* avaliou que a apresentação de uma única proposta pela área do Pré-sal de Libra mostra a fraqueza do modelo adotado pelo país para desenvolver suas reservas de petróleo.<sup>6</sup> As petroleiras internacionais queriam diminuir os obstáculos da legislação brasileira que ainda protegia as reservas, obrigando a participação da Petrobras.

Anos de profunda crise política, 2014 e 2015 não permitiram novos leilões. Em 2016 se concretiza o afastamento por impeachment da presidente Dilma, tendo como um dos motivos principais a alegação de improbidade administrativa, com as chamadas “pedaladas fiscais”, que esconderiam os déficits do governo e da própria Petrobras. O relatório financeiro de 2014 da Petrobras somente foi certificado depois de reconhecer um déficit de R\$ 6 bilhões, relacionado à corrupção no superfaturamento de obras e projetos de expansão.

Em 90 dias de posse do presidente Temer, o projeto para mudança do marco regulatório do Pré-Sal do senador José Serra (PSDB) é aprovado no formato da Lei 13.365<sup>7</sup> de 29 novembro de 2016. A partir de então deixa de existir a obrigatoriedade da operação dos blocos do Pré-Sal pela Petrobras, e até mesmo da participação da empresa nos consórcios. Durante a mudança na legislação, novos leilões do Pré-Sal já estavam sendo preparados.

Em Março de 2016, como depois exposto por *The Guardian*,<sup>8</sup> o Ministro de Comércio inglês, Greg Hands, se encontrou com o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, para diretamente abordar os interesses das empresas petroleiras britânicas British Petroil e Shell sobre taxação e licenciamento ambiental. Em Agosto é aprovada no parlamento federal a medida provisória 795, depois transformada em Lei nº 13.586, concedendo fartas isenções fiscais para empresas de petróleo estrangeiras.

Em Dezembro de 2016 o governo Temer anuncia as diretrizes para realização da segunda rodada de leilões. Como previsto, Shell e a BP ganharam o segundo leilão licitatório do Pré -sal. A Shell é a operadora dos campos “Gato do Mato” e “Cabo Frio”. Em

5. Agência Brasil, 08/11/2014.

6. Brasil Econômico, IG, 02/09/2016.

7. Lei nº 13.365/2016.

8. *The Guardian*, 19/11/2017.

consórcio com outras petroleiras, a Shell também se apropriou do entorno do campo de “Sapinhoá”, tornando-se assim a segunda maior operadora do Pré-sal.

A partir da reportagem do The Guardian expondo o governo inglês associado ao crescimento da Shell no Pré-sal, o jornalista Roberto Rockmann fez uma investigação maior, publicada na Repórter Brasil.<sup>9</sup> Descobriu não só outros encontros de autoridades britânicas com altos cargos do poder executivo brasileiro, como também com os principais executivos da anglo-holandesa Shell.

Em Março de 2017 o governo britânico realizou no Rio de Janeiro um evento para debater energia no Brasil com o título “UK Energy in Brazil”. Foi o start para uma intensa agenda trilateral: Shell e governos do Brasil e Inglaterra. O presidente da Shell no Brasil, André Araújo, reuniu-se com o então ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Dois dias depois, o presidente Temer e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, encontram o presidente mundial da Shell, Ben van Beurden. Em 11 de Abril, oito dias depois, o governo brasileiro anuncia a oferta de novas áreas em leilões até 2019.

A 2ª e a 3ª Rodadas de Partilha de Produção ocorreram em Outubro de 2017, quando se venderam seis das oito áreas ofertadas, e o governo federal arrecadou R\$ 6,1 bilhões. A Shell levou duas áreas como operadora e uma como participante, reafirmando seu forte interesse no Pré sal brasileiro. Quatro meses depois, em janeiro de 2018, o presidente da Shell encontrou Temer em audiência durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Ben van Beurden saiu do encontro “otimista” com o Brasil.

Outro espaço estratégico de atuação da Shell no Brasil é junto ao Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a principal organização responsável pelo lobby e representações da indústria do petróleo no Brasil. E em 2018 a Shell está presente no Conselho de Administração, como conselheira patrimonial, no Conselho Fiscal, como membro efetivo, e ainda na diretoria executiva. E não atua apenas como Shell, mas também como Raízen, sua subsidiária. Onipresente no IBP, A Shell ocupa ainda o Conselho de Administração de E&P, a Diretoria Executiva de E&P e o Comitê Executivo de Gás Natural. Só a Petrobras tem presença semelhante, em todos os Conselhos e Diretorias do Instituto.

Não só no Pré Sal, mas em todas as atividades relacionadas a petróleo no Brasil, como também nas decisões sobre lobby a favor dos interesses da indústria petroleira, a Shell tem um papel de destaque.

## **De volta às mentiras da Shell: a exploração da opinião pública e do clima**

Essa posição de proatividade e liderança da Shell na expansão petroleira sobre o Pré-sal é especialmente contraditória e anacrônica, diante dos compromissos climáticos assumidos no Acordo de Paris.

Segundo a reportagem de Adam Vaughan no The Guardian, os contínuos esforços de lobby da Shell no Reino Unido surgiram dias após a Conferência das Partes da ONU sobre

mudanças climáticas em Bonn, a COP 23, onde os ministros britânicos promoviam a liderança do Reino Unido na redução das emissões de carbono.

Para Rebecca Newson, consultora política do Greenpeace:

“É um duplo embaraço para o governo do Reino Unido. O ministro do Comércio de Liam Fox tem pressionado o governo brasileiro por um enorme projeto de petróleo que prejudicaria os esforços climáticos que a Grã-Bretanha fez na cúpula da ONU em Bonn”.<sup>10</sup>

Se por um lado a empresa faz lobby para conseguir com o governo que seus interesses regulatórios e fiscais sejam atendidos, por outro ela investe na conquista da opinião pública. Para isso a Shell se utiliza de matérias e reportagens em jornais, também de intensa propaganda e apoios muito bem sinalizados em projetos culturais, sociais e ambientais.

No Brasil, em setembro de 2018, um mês antes das eleições presidenciais, a temática da regulamentação do Pré-sal entrou em pauta com uma declaração do candidato Fernando Haddad (PT) que iria reestabelecer o marco regulatório para o que fora estipulado em 2010, e que permaneceu até 2016.<sup>11</sup>

Prontamente dois dos mais importantes jornais impressos do país, O Globo e Valor Econômico publicaram reportagens sobre os benefícios da mudança da legislação em 2016, e como seria um enorme erro voltar atrás. No dia 21 de setembro os dois jornais amanheceram com 16 páginas de anúncio pago da IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo), em um encarte com reportagens com títulos como “*Adiar exploração das riquezas do Pré-sal comprometeria o desenvolvimento do país*”.<sup>12</sup> O IBP representa no Brasil algo similar ao API (American Petroil Institute) nos Estados Unidos. Ambos fazem lobby perante seus governos e buscam manipular a opinião pública.

Uma estratégia comum às petroleiras é o financiamento de pesquisas científicas. Um exemplo, a parceria da Petrobras com o Centro de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Em 2018 a Shell anunciou a criação do Centro de Inovação em Energia (CINE), em São Paulo, em parceria com as principais universidades paulistas (USP e Unicamp), o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP).

Em nome da ciência e do desenvolvimento, direcionam a pesquisa e a universidade pública para os interesses de expansão dos lucros das empresas. Fora das engenharias, nas ciências da saúde, humanas, comunicações, a indústria petroleira também promove pesquisas científicas e pós-graduações em todo país. Financia teses e dissertações que desenvolvam metodologias que a defendam diante das evidências de sua responsabilidade pelo aquecimento global, ou mais localmente, pelas doenças respiratórias das populações que habitam seu entorno.

10. Financial Times, 04/05/2017.

11. Extra, 05/09/2018.

12. Brasil 247, 21/09/2018.

Em outra estratégia de disputa da opinião pública no Brasil, a indústria do petróleo realiza uma grande gama de patrocínios de arte, cultura, esportes e educação. A Petrobras conta com o Projeto Petrobras Cultural que, por exemplo, patrocina três famosos festivais de cinema, e a Orquestra Sinfônica, carinhosamente batizados de “Festival Petrobras de Cinema” e “Orquestra Petrobras Sinfônica”. A empresa também abre editais públicos de seleção de projetos socioambientais, e apoia diversas produções independentes como filmes e até mesmo corridas de rua. A Shell apoia o Prêmio Shell de Teatro, o Prêmio Shell de Educação Científica, o festival aberto de cinema Shell Open Air, além dos financiamentos a espetáculos de teatro e filmes, e o patrocínio ao Museu do Amanhã no Rio de Janeiro.

Internacionalmente existem campanhas que debatem diretamente o envolvimento das petroleiras com o financiamento de museus e outros fundos e projetos culturais e artísticos. Segundo Mel Evan, autora do livro “Artwash: Big Oil and the Arts” em declaração para Vice, o patrocínio das artes pelas petroleiras, especificamente<sup>13</sup> a BP no exemplo dela, é considerado “artwashing” (“lavagem pela arte”).

“Isso fornece às empresas petroleiras uma licença social para atuar”. É uma estratégia de Relações Públicas cuidadosa, porque a indústria percebe que, para sobreviver, é preciso encontrar aceitabilidade fazendo algo que as pessoas acham inaceitável, e as artes têm um papel central nisso”.

-14- Em 2007, como apresentado por Érico Pagotto,<sup>14</sup> consumidores protestaram junto ao CONAR (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária) sobre uma propaganda da Petrobras pertencente à campanha “Mais energia para o Pan 2007”. Em 30 segundos de propaganda, o vídeo demonstrava fluxos de energia renovável como solar e eólica passeando por florestas, plantações de mamona, e pás eólicas que seguiam pelos principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, que sediava o evento, terminando no pódio junto com os atletas.

A finalidade da propaganda é claramente promover a imagem da Petrobras. Se promover quanto a apoiadora dos esportes e do meio ambiente ganhando simpatia das audiências. A utilização de sons e imagens carismáticas e do meio ambiente desviam o foco das suas atividades de altíssimo impacto ambiental – tanto que não é utilizada nenhuma imagem da infraestrutura do petróleo. Como bem ilustrado por Pagotto, é uma técnica clara de lavagem verde – também conhecida pelo nome em inglês *greenwashing* – onde se promove uma imagem verde, sustentável quando a realidade é exatamente a outra.

A Shell, em seu website brasileiro, dedica uma página sobre meio ambiente onde afirma estar comprometida com propostas ambientais, sendo a primeira da lista “produzir mais gás natural”. Existe uma crescente tentativa de esverdear o gás natural, a súplica da indústria petroleira para manter suas atividades exploratórias de fósseis com uma roupagem ecológica.

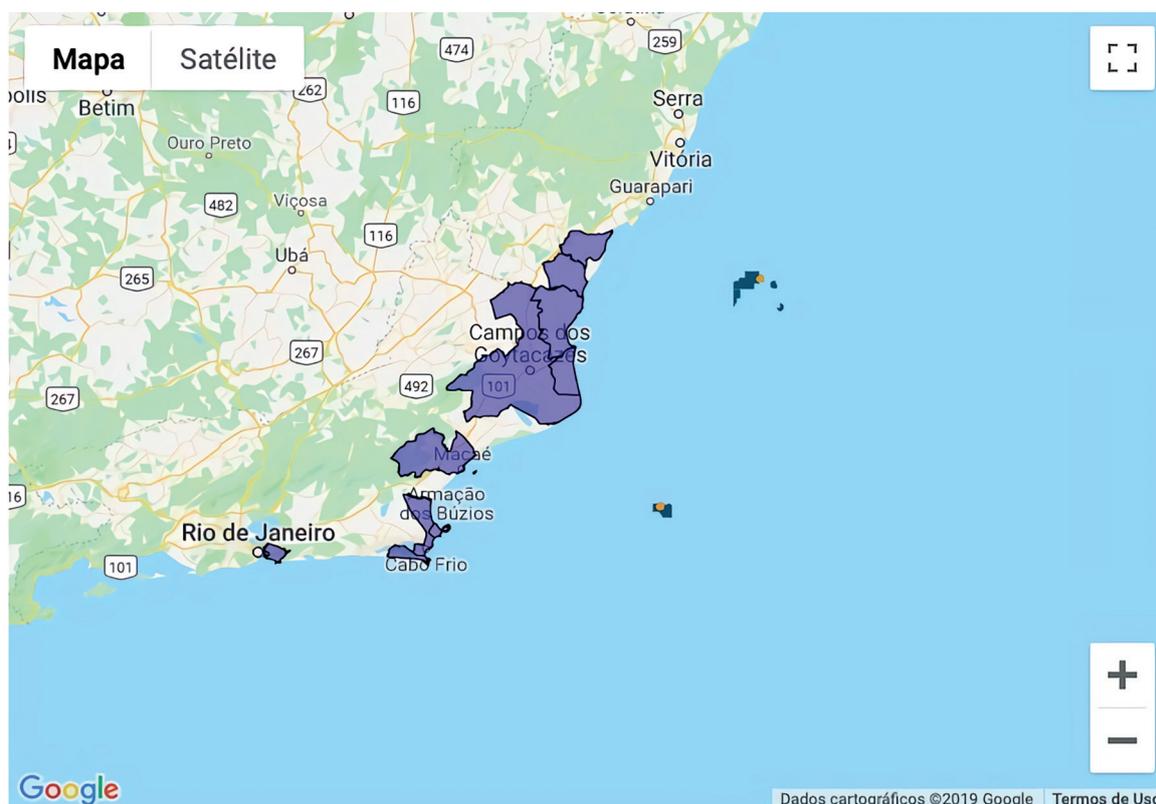
13. Vice, 28/04/2015.

14. PAGOTTO, 2013

Em seu site na web, a Shell assume também compromissos como “desenvolver fontes de baixo carbono”, “melhorar sua eficiência energética”, “prevenir derramamentos” e “proteger a biodiversidade”. Atestando o óbvio com o compromisso na prevenção de derramamentos e deixando vago seu compromisso com a biodiversidade, a Shell constrói um discurso onde não se compromete de fato com nenhuma ação específica. Seu texto é puro jogo discursivo, com as palavras chaves e as frases de efeito mais esverdeadas, para se enquadrar ao momento atual e sua retórica ambientalista, mesmo que a subverta em suas práticas.

O estudo apresentando por Pagotto aponta que embora muitas organizações tenham políticas voltadas à responsabilidade ambiental, frequentemente elas não as praticam, a menos que haja algum tipo de pressão por parte do governo, de seus clientes e da sociedade.

Além das estratégias para o público em geral, as empresas adotam estratégias específicas para lidar com as comunidades incluídas na área de influência do empreendimento, por obrigações legais.



Mapa da área de atuação do QUIPEA54

É o caso do condicionante criado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), órgão responsável pelo licenciamento das operações na região do Pré-Sal. Entre os condicionantes da Shell está o Projeto de Educação Ambiental (PEA). Trata-se de um contrassenso. A empresa que é a poluidora é também a que vai promover a educação ambiental?! Destrói o berçário do pescado e, como condicionante, é obrigada a ensinar como proteger o meio ambiente. E ainda para um público de pescadores e população regional, que sempre soube como proteger a natureza.

Também como condicionante de operações offshore, a Shell promove o projeto QUIPEA. Inicialmente como PEA Shell, o projeto teve início em 2010, com sua primeira fase em resposta a uma demanda do IBAMA, constituindo uma medida com a intenção de mitigar o impacto das operações da Shell na região que compreende a área de influência dos seus empreendimentos e que se estende pelas áreas do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

É um reconhecimento do fato de que tais comunidades são afetadas por impactos de migração interna pelo grande fluxo de pessoas em busca da ilusão da geração de empregos e renda gerados pela indústria do petróleo, ameaçando seus modos de vida e a preservação das áreas onde vivem. E, por essa lógica, é também a constatação e o reconhecimento, por parte da empresa, que ela é responsável por isso e todas as outras comunidades da mesma área estão, por isso, vulneráveis.

O projeto ambiental que a Shell exhibe com muito orgulho, sinalizando inclusive a área de influência em um mapa (abaixo), ignora solenemente a existência de todos os outros povos e populações impactados na mesma área. Ao definir seu público prioritário e tal projeto ser aceito pelo órgão ambiental como uma condicionante mitigadora, se excluem todas as demais comunidades da região. Universaliza os impactos, mas minimiza as reparações e compensações.

A atuação do QUIPEA, presente nos municípios em roxo no mapa, é ínfima, quando comparada à abrangência dos impactos trazidos pela Shell. Considerando que a área de influência de seus empreendimentos na Bacia de Campos divide-se em geral, com 27 municípios costeiros, de Niterói (RJ) a Linhares (ES) e prioritária, com 15 municípios mais vulneráveis aos impactos da indústria do petróleo: Niterói, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Macaé, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, no estado do Rio de Janeiro e Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha, no Espírito Santo.

O mapa, disponível em uma página sobre o QUIPEA no site do IBP, demarca toda a área municipal, dando a entender que a área de atuação da empresa se dá em toda a extensão marcada, quando na verdade atua com algumas famílias, em pequenas comunidades, no interior destes municípios.

## **A disputa no mar: expropriação, contaminação x comunidades de pesca artesanal**

Os impactos na costa atlântica do Brasil, provenientes da exploração de petróleo e gás no mar, vão além das mortes de espécies marinhas durante as pesquisas sísmicas e operações no mar, ou dos recorrentes vazamentos de óleo.

A exploração petroleira cria zonas de exclusão para as comunidades de pesca artesanal que vivem no litoral brasileiro. Desde que se instalam, passa a ser proibido se aproximar de suas enormes áreas, como plataformas, portos, estações de abastecimento. Tam-

bém interdita o trânsito dos pequenos barcos de pesca, por conta do aumento do fluxo de grandes navios e embarcações. Para além do trânsito, a indústria petroléira destrói as condições de existência para reprodução de várias espécies marinhas, por conta de dragagens e aterros para a infraestrutura relacionada. Para a indústria petroléira, o mar nunca está para peixe.

Em 2014, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) edita a portaria 445<sup>15</sup> com a finalidade de proibir a pesca industrial, e proteger 475 espécies consideradas ameaçadas de extinção, dada a falta de controle na captura. Na prática, para o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MPP), a portaria proibia a pesca das principais espécies comercializadas pelos pescadores artesanais, e que também compõem a alimentação básica destas comunidades tradicionais.

Para os povos de pesca artesanal, a medida do governo os expulsava de seus territórios tradicionais e liberava a região para grandes empresas, sem garantias de que as espécies seriam de fato preservadas.

Segundo o IBAMA, a própria empresa é responsável por reportar seus vazamentos, mas pelos relatos de pescadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, de comunidades impactadas, perde-se a conta de quantas foram as vezes que amanheceram em um mar repleto de manchas de óleo sem nenhuma comunicação da empresa ou do órgão regulador. Como na comunidade de Campo Grande, no norte do Espírito Santo, quando pescadores acordaram com a surpresa do rompimento de um duto de petróleo em meio ao manguezal que alimentava a comunidade com seus caranguejos. O vazamento não teve reparação e a comunidade teve profundamente afetado seu tradicional “festival de caranguejo”.

Os vazamentos de óleo e gás não se restringem aos enormes derramamentos de óleo que são noticiados nos jornais. Vazamentos menores são muito comuns, cotidianos, e sequer levados a conhecimento da sociedade e do Estado, como exposto por matéria do jornal *Século Diário*, e replicada pela revista da Campanha “Nem Um Poço a Mais!”.<sup>16</sup>

Na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, pescadores da AHOMAR (Associação de Homens e Mulheres do Mar) desenvolveram um modelo de monitoramento batizado de Patrulha Ambiental da Pesca, como estratégia após sofrerem com recorrentes impactos da indústria do petróleo na região. A partir do vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo em 2000,<sup>17</sup> os pescadores afirmam que houve a intensificação da atividade offshore na região, o que os levou a crer que o vazamento tenha sido também um meio de expulsar o pescador de uma forma imperceptível aos olhos da mídia. O impacto e os danos do acidente motivaram os pescadores a se unirem para resistir, e durante a Rio +20, em 2012, a AHOMAR junto a outras organizações da sociedade civil organizaram o evento paralelo Rio + Tóxico<sup>18</sup> que realizou um toxic-tour na região da Baía de Guanabara para denunciar as práticas recorrentes na região.

No último dia da Rio +20, em 22 de junho de 2012, dois pescadores ligados à associação e reconhecidos pela luta por seus direitos, desapareceram. Foram encontrados dias

15. Portaria MMA nº 445,

16. [www.areaslivresdepetroleo.org](http://www.areaslivresdepetroleo.org) 01/05/2017.

17. Agência Brasil, 19/01/2016.

18. Rio + Tóxico.

depois, vítimas de assassinato.<sup>19</sup> Não era a primeira vez que a AHOMAR lidava com a violência das milícias que se instalam com as empresas. Desde 2009, quando se impuseram contra as construções do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), vinham recebendo constantes ameaças e recorrentes atentados praticados contra lideranças da associação, o que fez com que um dos pescadores tenha sido incluído no programa de proteção a defensores de direitos humanos do estado do Rio de Janeiro. Após 2012 os pescadores se organizaram mais, e passaram a utilizar o equipamento de GPS de seus barcos e as câmeras de seus celulares para acompanhar e monitorar as atividades da Petrobras e suas subcontratadas na região.



A chamada Patrulha Ambiental da Pesca<sup>20</sup> realiza, desde então, diligências e vistorias pelo mar e pelos rios da Baía de Guanabara, detectando irregularidades como reboadores de navios com o GPS desligado, vazamentos de óleo, construções que iniciam antes de existir a licença, para então reportar às autoridades e órgãos públicos. Com maior proximidade de organizações com poder judicial e maior articulação junto a movimentos sociais e ambientalistas, a AHOMAR mantém forte a resistência e a defesa dos territórios de pesca artesanal.

19. Heinrich Boll, 29/06/2012

20. Página da Patrulha Ambiental da Pesca no Facebook.

Em dezembro de 2018, a Patrulha Ambiental da Pesca reporta para a imprensa e os órgãos de defesa ambiental um grande vazamento de óleo na Baía de Guanabara.<sup>21</sup>

Segundo a Petrobras, o vazamento foi de 60 mil litros de óleo, mas a suspeita dos pescadores é que tenha sido pelo menos o dobro pelo tamanho da área afetada com a mancha de óleo.<sup>22</sup> Corroborando a importância da presença das comunidades tradicionais em seus territórios, e quão desinteressante é, para a indústria, a existência de pessoas na região capazes de contar o que veem. A articulação das resistências em redes e contatos próximos com a imprensa e o judiciário é também fundamental para ganhar força e visibilidade, coibindo possíveis retaliações mais violentas por parte da empresa.

Em novembro de 2018 foi realizado o I Encontro Latino-americano de Comunidades Pescadoras Afetadas por Atividades Extrativas, em Lórica e outras regiões do departamento de Córdoba na Colômbia. A reunião de pescadores de diversas localidades do Brasil, da Colômbia e de Honduras provou que os pescadores do Pacífico, do Caribe ou do Atlântico falam a mesma língua.

O envolvimento em encontros como esse revigoram a força para continuar a defender seus modos de vida e territórios livres da presença e dos impactos de grandes empreendimentos extrativos.

A troca de informações entre as lideranças presentes demonstra a reprodução de um similar *modus operandi* das empresas e dos governos em diferentes países, o que possibilita também a construção de estratégias conjuntas.

A visita aos territórios estreita laços e constrói uma rede, aumentando o peso e a articulação dos movimentos e suas possibilidades organizacionais. Assim como a dinâmica de abertura do encontro, numa rede construída pelos pescadores, não basta ter força sem ter peso, um fio de lã não vai longe, nem se arremessado com enorme força. Mas a união em um novelo tem o peso necessário para ir longe.

21. Jornal do Brasil, 10/12/2018.

22. Projeto Colabora, 10/12/2018.

